



**ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES – PORTARIA PMC/048/2015

CONCORRÊNCIA 029/2015

Classificação de Propostas: 1º lugar, vencedora, Sinales Sinalização Espírito Santo Ltda R\$960.620,00; 2º lugar Locadora TerramareLtda R\$1.066.990,69. Congonhas, 24 de fevereiro de 2016. Maria Geralda Zacarias – Presidente CPJL.

**ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO – FUMCULT

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº FUMCULT/001/2016

Contratação de empresa, através da prestação de serviços em assessoria de imprensa cultural, em especial na área de museus, para as atividades nos museus de Congonhas. Tipo: Menor Preço. Protocolo dos envelopes de Documentação e de Propostas: até as 14:00 horas do dia 11 de março de 2016. Abertura dos envelopes de Documentação: dia 11 de março de 2016, às 14:15 horas, na sede da FUMCULT - Congonhas - MG. Maiores informações, junto à FUMCULT, pelo telefone: (31)3731-3314, de segunda a sexta-feira, de 08:00 as 10:00 horas e de 13:00 as 17:00 horas. Geraldo Sebastião de Andrade – Presidente da CPJL. Sérgio Rodrigo Reis – Diretor-Presidente da FUMCULT. 23/02/2016.

**ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

DECRETO Nº 6.308, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

Estabelece normas e procedimentos administrativos para servidores da administração municipal, direta e indireta e candidatos às Eleições de 2016, revoga o Decreto 6.299, de 20 de janeiro de 2016.

O PREFEITO DE CONGONHAS, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, conferidos pelo art. 31, inciso I, alínea “a”, da Lei Orgânica de Congonhas e,

CONSIDERANDO as razões motivadoras do presente ato administrativo, a seguir alinhadas:

I - disposto na Lei Federal n.º 9.504/97 e no Calendário Eleitoral para as Eleições de 2016;

II - o estabelecido na Lei Complementar 64/90 sobre inelegibilidade de candidatos às eleições, e desincompatibilização de servidores públicos;

III - o disposto na Lei n.º 4.320/64 e Lei Complementar 101/00; e

IV - a necessidade de dar conhecimento a respeito das vedações impostas aos agentes públicos durante este exercício, por ser ano eleitoral e final de mandato,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DOS SERVIDORES CANDIDATOS

Art. 1º. Os servidores e Agentes Políticos da Administração Municipal, Direta e Indireta, que desejarem concorrer a cargo eletivo nas Eleições a serem realizadas em 2 de outubro de 2016, deverão requerer ao setor de pessoal, licença ou exoneração do cargo, conforme o caso, nos prazos estabelecidos no parágrafo único do art. 2º deste Decreto.

Art. 2º. O não afastamento do servidor público efetivo ou comissionado do exercício de sua função poderá torná-lo inelegível nos termos previstos na LC 64/90.

Parágrafo único. A desincompatibilização se dará nos termos da LC 64/90, em resumo, nos seguintes prazos:

Cargo Ocupado no Município	Cargo Pleiteado	Prazo de Desincompatibilização
Presidente e Diretor de Autarquia, Fundação e Empresa Secretário Municipal	Prefeito e Vice-Prefeito	4 meses para exonerar-se do cargo em comissão
	Vereador	6 meses para exonerar-se do cargo em comissão
Servidor Público ocupante somente de cargo em comissão.	Prefeito e Vice-Prefeito	3 meses para exonerar-se do cargo em comissão
	Vereador	3 meses para exonerar-se do cargo em comissão



Servidor Público ocupante de cargo efetivo e em comissão.	Prefeito e Vice-Prefeito	3 meses para exonerar-se do cargo em comissão. 3 meses para licenciar-se do cargo efetivo.
	Vereador	3 meses para exonerar-se do cargo em comissão. 3 meses para licenciar-se do cargo efetivo.
Servidor Público Civil efetivo, da Administração Direta e Indireta.	Prefeito e Vice-Prefeito	3 meses para licenciar-se do cargo efetivo.
	Vereador	3 meses para licenciar-se do cargo efetivo.
Servidor Público que exerce função de fiscalização ou arrecadação.	Prefeito e Vice-Prefeito	4 meses para licenciar-se do cargo efetivo.
	Vereador	6 meses para licenciar-se do cargo efetivo.

Art. 3º. O servidor efetivo do Quadro Permanente tem assegurado licença com remuneração para promoção de sua campanha eleitoral, desde o registro oficial de sua candidatura até o dia seguinte ao do respectivo pleito.

§ 1º. O concorrente a cargo eletivo que exerce função de fiscalização e/ou arrecadação e demais servidores que exerçam funções que tenham competência ou interesse direta, indireta ou eventual no lançamento, arrecadação ou fiscalização de impostos, taxas e contribuições de caráter obrigatório, inclusive para-fiscais, ou para aplicar multas relacionadas com essas atividades, devem ser afastados compulsoriamente de suas funções, no prazo previsto no artigo anterior.

§ 2º. O servidor que concorrer a cargo eletivo em outro município, não tem obrigação de desincompatibilização.

Art. 4º. O servidor público ocupante somente de cargo em comissão, declarado por lei de livre nomeação e exoneração, não possui direito à licença remunerada para concorrer a cargo eletivo e deverá ser exonerado no prazo legal.

Art. 5º. O servidor efetivo nomeado para o exercício de cargo em comissão ou função gratificada deverá ser exonerado do cargo em comissão/função gratificada e licenciado do cargo efetivo.

Parágrafo único. No período compreendido entre a data do registro da candidatura e a realização das eleições, somente poderão ser pagas ao servidor efetivo licenciado para fins de candidatura as vantagens permanentes incluídas no conceito de remuneração. Não se considera como vantagem permanente a função gratificada.

Art. 6º. A solicitação de afastamento remunerado será feita no setor de pessoal, devidamente instruída com os seguintes documentos:

- I - formulário de afastamento, devidamente preenchido;
- II - declaração do partido que comprove de que será candidato;
- III - cópia do formulário de inscrição da candidatura;
- IV - cópia da ata de convenção do partido ou coligação que homologou a candidatura.

§ 1º Os servidores públicos efetivos, que exercem função de fiscalização e/ou arrecadação e demais servidores que exerçam funções que tenham competência ou interesse, direta, indireta ou eventual no lançamento, arrecadação ou fiscalização de impostos, taxas e contribuições de caráter obrigatório, inclusive para fiscais, ou para aplicar multas relacionadas com essas atividades, para serem beneficiados com o afastamento remunerado deverão juntar ao formulário de afastamento, além dos documentos já citados, a filiação deferida pelo partido no prazo de pelo menos um ano antes do pleito, conforme dispõe o art. 9º, da Lei n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997.

§ 2º Se, após a convenção do partido, o servidor não apresentar as cópias do processo de registro na Justiça Eleitoral e do formulário de Inscrição da Candidatura, o setor de pessoal solicitará ao superior hierárquico a suspensão do afastamento remunerado.

Art. 7º A desincompatibilização é de responsabilidade do servidor interessado, não podendo ser atribuída à Administração Pública a obrigação de afastar o servidor de ofício.

Art. 8º É vedado ao servidor público, pré-candidato às convenções eleitorais para a escolha de candidatos ao pleito municipal de 2016, afixar ou realizar propaganda intrapartidária com vista à indicação de seu nome, nas dependências de qualquer órgão público da administração direta e indireta do Município de Congonhas (Lei n.º 9.504/1997, art. 36, § 1º).

CAPÍTULO II DAS CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS

Seção I Determinações da Lei n.º 9.504/97

Art. 9º. A partir de 1º de janeiro do ano corrente, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior (Lei n.º 9.504/97, art. 73, § 10).

Art. 10. Nos termos do art. 73 da Lei n.º 9.504/97, ficam proibidos os seguintes atos administrativos:

- I - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou, por outros meios, dificultar ou impedir



o exercício funcional e, ainda, *ex-officio*, remover, transferir ou exonerar servidor público;

II- o uso de propaganda eleitoral em veículo de propriedade do município;

III- o estacionamento de veículo no pátio da prefeitura ou de órgão público municipal que esteja caracterizado ou que contenha propaganda eleitoral de candidatos;

IV- a distribuição de material de propaganda eleitoral em qualquer órgão do poder público municipal;

V- a ampliação do número de beneficiados de programas eventuais de assistência social que

impliquem doação de bens, tais como: material de construção, cestas básicas, medicamentos não constantes da farmácia municipal, salvo por determinação judicial;

VI- a prestação de serviço ou auxílio para Tratamento Fora do Domicílio, que exceda os benefícios contidos no manual do TFD, editado pela Secretaria de Estado da Saúde;

VII- a prestação de serviços de máquinas e equipamentos, usados no incentivo às atividades de agricultura e pecuária.

§ 1º. Para os efeitos deste artigo considera-se:

I - remoção: movimentação de servidor entre órgãos;

II - redistribuição: movimentação de servidor de um quadro de pessoal para outro;

III - enquadramento: mudança de cargo.

§ 2º. Excluem-se das proibições de que trata o inciso I deste artigo a nomeação ou exoneração de cargos comissionados, designação ou dispensa de função de confiança, a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até 2 de julho de 2016 e a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo.

Art. 11. Todas as placas relacionadas a projetos de obras ou a obras em andamento por órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal deverão:

I- ser alteradas com a retirada ou cobertura da marca institucional do Governo Municipal; ou

II- ser retirada a própria placa.

§1º. A retirada, cobertura ou alteração das placas informativas de obras deverá ser feita antes de 2 de julho de 2016.

§2º. Considera-se como placa de projeto de obra ou placa de obra, para os fins deste Decreto, além das placas em metal, os painéis, outdoors, tapumes, empenas e quaisquer outras formas de identificação ou divulgação de obra ou projeto que o Executivo participe, direta ou indiretamente.

Art. 12. São vedadas, também, aos agentes públicos cujos cargos estejam em disputa na eleição (a partir de 2 de julho de 2016 - três meses antes do pleito), as seguintes condutas:

I - com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

II - fazer pronunciamento em cadeia de rádio e de televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo;

III - os candidatos aos cargos de Prefeito, de Vice-Prefeito e Vereadores são vedados de comparecer a inaugurações de obras públicas;

IV - contratação de *shows* artísticos pagos com recursos públicos na realização de inaugurações.

§ 1º. A Secretaria Municipal de Comunicação e Eventos deverá providenciar para que as logomarcas do Município, bem como as inscrições indicativas da gestão sejam apagadas ou tapadas de placas, faixas, cartazes, adesivos e pinturas de veículos até o dia 2 de julho de 2016.

§ 2º. Os papéis timbrados do Município contendo a logomarca e as inscrições indicativas da gestão não poderão ser utilizados a partir de 2 de julho de 2016. Somente estão autorizados os papéis timbrados contendo o brasão do Município, que não contenham indicação da gestão.

§ 3º. É vedada a manifestação política, de apreço ou despreço a candidato, dentro de órgãos e repartições públicos municipais.

§ 4º. É proibida a participação em campanha política durante o horário de trabalho do servidor.

Art. 13. São vedadas aos Ordenadores de Despesas, as seguintes condutas:

I- usar serviços gráficos do Município para fazer impressos de propaganda eleitoral;

II- contratar pesquisas de opinião relacionadas com a eleição;

III - realizar despesas, com recursos públicos, com propaganda eleitoral dos candidatos, partidos ou coligações;

IV - promover pessoas, siglas, símbolos ou imagens na divulgação dos atos municipais;

V- autorizar a utilização de quaisquer bens públicos, móvel ou imóvel, em favor de candidatos, partidos ou coligações, para reuniões partidárias ou comícios ou reuniões políticas com objetivo eleitoral, exceto, exclusivamente, para realização de convenção partidária;

VI - ceder instalações para cursos ministrados por candidatos;

VII - permitir o uso de carros oficiais pelos candidatos ou pelos agentes públicos em reuniões partidárias ou comícios;

VIII - permitir que servidor público da Administração Direta e Indireta preste serviços, no horário de expediente, a candidatos, partidos, coligações ou comitê eleitoral, exceto em férias ou licença;

IX - fazer uso promocional em favor de candidato ou partido da distribuição gratuita de bens ou serviços de caráter social (merenda e material escolar, comida, roupas, agasalhos, remédios, consultas médicas e dentárias, etc);

X- permitir promoção de candidatos, partidos ou coligações com recursos públicos;

XI- participar de ato público de campanha quando acarrete comprometimento de recursos públicos;

XII- subvencionar entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida, ainda que autorizados em lei ou em execução orçamentária em 2015;

XIII- executar obra ou serviço decorrente de convênio com o Estado e/ou a União, assinado após 2 de julho de 2016, ressalvados os convênios assinados antes deste prazo com cronograma prefixado e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública;

XIV- permitir o uso ou usar símbolos, frases e imagens associadas ou semelhantes às usadas em propaganda eleitoral;

XV- permitir a distribuição ou distribuir propaganda política nas repartições públicas;



- XVI-** permitir que candidato participe, a partir de 2 de julho de 2016, de inauguração de obras públicas;
- XVII-** licitar obras ou serviços sem previsão de recursos orçamentários suficientes para pagar as despesas no corrente exercício;
- XVIII-** utilizar em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material da administração pública;
- XIX-** conceder benefício fiscal, dispensa de multas ou pagamento de tributos sem lei autorizativa específica, sem avaliação do impacto financeiro e orçamentário neste exercício e nos dois subsequentes, sem atender a LDO e sem previsão da renúncia de receita na Lei Orçamentária (art. 14, LRF);
- XX -** permitir que as pessoas físicas ou jurídicas usem bens públicos em proveito próprio;
- XXI-** negligenciar na arrecadação de tributos ou renda ou na conservação do patrimônio público;
- XXII -** retardar ou deixar de praticar ato de ofício;
- XXIII -** negar publicidade aos atos oficiais;
- XXIV-** empenhar despesas além dos créditos regularmente concedidos;
- XXV-** desrespeitar a ordem cronológica dos pagamentos (Lei 8.666/93, art. 5º).

Art. 14. A propaganda institucional é aquela destinada a divulgar atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos e deverá observar os seguintes requisitos:

- caráter educativo, informativo ou de orientação social;
- não poderá constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Seção II

Vedações do último ano do mandato

Art. 15. São vedadas aos ordenadores de despesas, no último ano de mandato praticar os seguintes atos:

- a partir de 2 de julho, expedir ato que resulte em aumento da despesa com pessoal;
- contrair obrigação de despesa, nos últimos dois quadrimestres do ano, que não possa ser cumprida no exercício ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa;
- caso haja contraído obrigação de despesa nos dois últimos quadrimestres do ano, ficando parcelas a serem pagas no próximo exercício, o ordenador de despesas deverá deixar saldo suficiente em caixa para tal;
- a partir de novembro, não poderá ser empenhado mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente, ficando nulos os empenhos e os atos praticados em desacordo com o art. 59 da Lei Federal n.º 4.320/64 acarretam a responsabilização do ordenador.

Seção III

Das consequências do descumprimento do presente Decreto

Art. 16. Os atos praticados em desacordo com a presente Instrução Normativa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, são nulos de pleno direito.

§1º. O descumprimento acarretará suspensão imediata da conduta vedada, ressarcimento de eventual dano apurado em tomada de contas especial, falta grave apurada em processo administrativo disciplinar, exoneração de cargo em comissão ou função gratificada.

§2º. Os atos e os empenhos praticados em desacordo com a seção III do Capítulo II, reputam-se nulos e os respectivos ordenadores da despesa serão responsabilizados.

CAPÍTULO III

Do procedimento para o afastamento

Art. 17. O Servidor Público deverá solicitar seu afastamento de acordo com o seguinte procedimento:

- I -** servidor efetivo, comissionado e contratado:
- receber o processo de solicitação na secretaria de origem;
- conferir a situação funcional do Servidor, verificando se há ou não registro de situação que impeça a concessão do afastamento. Para:
- programação de férias no período da Licença - alterar a data de início para período posterior ao término da Licença;
 - concessão de licença para tratamento de saúde ou auxílio-doença com data fim posterior ao início da Licença - solicitar à secretaria alteração da data fim do afastamento registrado no Sistema ou na pasta funcional;
 - data fim do contrato no período de vigência da Licença - instruir o processo informando qual a correta data fim da Licença;
 - servidor efetivo que está ocupando cargo de provimento em comissão - informar da necessidade de ser apresentado pedido de exoneração ou de dispensa da designação, respectivamente, ao Chefe do Poder Executivo, com data de início anterior à data limite para a desincompatibilização do cargo;
 - servidor que está em exercício de função gratificada ou função comissionada - adotar os mesmos procedimento, a fim de ser o mesmo dispensado da designação, no máximo, até o dia anterior à data de início da Licença;
- completar o preenchimento do pedido de desincompatibilização, se for o caso;
- conferir a documentação constante no processo, verificando se está completa. Se não constar cópia da declaração de deferimento da candidatura pelo juiz eleitoral, o processo deve ficar sobrestado na secretaria até a sua apresentação, que deve ocorrer, obrigatoriamente, no máximo até o 15º (décimo quinto) dia útil posterior a sua emissão;
- estando o processo completo, instruir e encaminhar à autoridade competente do órgão ou entidade para manifestação (colher a assinatura);
- quando do retorno do processo, encaminhar à secretaria respectiva para confecção de portaria de concessão de Licença e publicação no órgão competente e no átrio da Prefeitura;
- encaminhar correspondência ao servidor, com aviso de recebimento, informando a data de retorno as suas atividades;
- acompanhar o retorno do servidor;
- arquivar o processo.
- II -** servidor efetivo em situação de afastamento compulsório de suas funções:
- receber o processo de solicitação de Licença;
- conferir a situação funcional do Servidor, verificando se há ou não registro de situação que impeça a concessão de Licença. Para:
- programação de férias no período da Licença - alterar a data de início para período posterior ao término da Licença;
 - concessão de licença para tratamento de saúde com data fim posterior ao início da Licença - solicitar à secretaria a alteração da data fim do afastamento registrado no Sistema ou na pasta funcional;



3. servidor efetivo que está ocupando cargo de provimento em comissão - informar da necessidade de ser apresentado pedido de exoneração ou de dispensa da designação, respectivamente, ao Chefe do Poder Executivo, com data de início anterior a data limite para a desincompatibilização do cargo;

4. servidor estiver em exercício de Função gratificada ou Função comissionada - a fim de ser o mesmo dispensado da designação no máximo até o dia anterior a data de início da Licença;

completar o preenchimento do pedido, se for o caso;

conferir a documentação constante no processo, verificando se está completa;

não havendo impeditivo o processo é instruído e encaminhado à consideração do titular ou dirigente do órgão ou entidade, respectivamente;

quando do retorno do processo, encaminhar à secretaria para elaboração e publicação de portaria no órgão competente ou no átrio da Prefeitura;

sobrestar o processo até que esteja devidamente instruído com a cópia da declaração de deferimento da candidatura expedida pelo juiz eleitoral, a ser apresentada, no máximo, até o 15º (décimo quinto) dia útil após sua expedição;

estando o processo completo, instruir e encaminhar secretaria para elaboração e publicação de portaria no órgão competente e no átrio da Prefeitura;

encaminhar correspondência ao servidor, com aviso de recebimento, informando a data de retorno as suas atividades;

acompanhar o retorno do servidor;

arquivar o processo.

Art. 18. As disposições constantes deste Decreto não revogam ou sub-rogam outras presentes na legislação eleitoral, neste conceito incluídas as Resoluções emitidas pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Parágrafo único. Para fins de ampla publicidade no âmbito municipal, integra, como norma prevalente deste decreto, o Calendário constante do Anexo I, que alberga, para todos os efeitos, a Resolução nº 23.450, expedida pelo TSE em 10 de novembro de 2015.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Art. 20. Fica revogado o Decreto n.º 6.299, de 20 de janeiro de 2016.

Congonhas, 18 de fevereiro de 2016.

JOSÉ DE FREITAS CORDEIRO
Prefeito de Congonhas

ANEXO I

Calendário das Eleições de 2016 (conforme Resolução nº 23.450/2015 do TSE).

OUTUBRO DE 2015

2 de outubro – sexta-feira
(1 ano antes)

1. Data até a qual todos os partidos políticos que pretendam participar das eleições de 2016 devem ter obtido registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral ([Lei nº 9.504/1997, art. 4º](#)).

2. Data até a qual os que pretendam ser candidatos a cargo eletivo nas eleições de 2016 devem ter domicílio eleitoral na circunscrição na qual desejam concorrer ([Lei nº 9.504/1997, art. 9º, caput](#)).

DEZEMBRO DE 2015

18 de dezembro – sexta-feira

Último dia para os Tribunais Regionais Eleitorais designarem, para os municípios onde houver mais de uma Zona Eleitoral, o(s) Juízo(s) Eleitoral(is) que ficará(ão) responsável(is) pelo registro de candidatos e de pesquisas eleitorais e respectivas reclamações e representações, pelo exame das prestações de contas, pela propaganda eleitoral e sua fiscalização e respectivas reclamações e representações, pela totalização dos resultados, pela diplomação dos eleitos e pelas investigações judiciais eleitorais.

JANEIRO DE 2016

1º de janeiro – sexta-feira

1. Data a partir da qual as entidades ou empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos possíveis candidatos, para conhecimento público, ficam obrigadas a registrar, no juízo eleitoral competente para o registro das respectivas candidaturas, as informações previstas em lei e em instruções expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral ([Lei nº 9.504/1997, art. 33, caput e § 1º](#)).

2. Data a partir da qual fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público Eleitoral poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa ([Lei nº 9.504/1997, art. 73, § 10](#)).

3. Data a partir da qual ficam vedados os programas sociais executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por este mantida, ainda que autorizados em lei ou em execução orçamentária no exercício anterior ([Lei nº 9.504/1997, art. 73, § 11](#)).

4. Data a partir da qual é vedado realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito ([Lei nº 9.504/1997, art. 73, inciso VII](#)).

MARÇO DE 2016

5 de março – sábado

Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral publicar as instruções relativas às eleições de 2016 ([Lei nº 9.504/1997, art. 105, caput e § 3º](#)).

31 de março – quinta-feira

Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral realizar o teste público de segurança do sistema eletrônico de votação, apuração transmissão e



recebimento de arquivos a ser utilizado nas eleições de 2016.

ABRIL DE 2016

1º de abril – Sexta-feira

Data a partir da qual o Tribunal Superior Eleitoral promoverá, em até cinco minutos diários, contínuos ou não, requisitados às emissoras de rádio e televisão, propaganda institucional destinada a incentivar a participação feminina na política, bem como a esclarecer os cidadãos sobre as regras e o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro ([Lei nº 9.504/1997, art. 93-A](#)).

2 de abril – sábado (6 meses antes)

1. Data até a qual os que pretendam ser candidatos a cargo eletivo nas eleições de 2016 devem estar com a filiação deferida no âmbito partidário, desde que o estatuto partidário não estabeleça prazo superior ([Lei nº 9.504/1997, art. 9º, caput](#), e [Lei nº 9.096/1995, art. 20, caput](#)).

2. Data a partir da qual todos os programas de computador de propriedade do Tribunal Superior Eleitoral, desenvolvidos por ele ou sob sua encomenda, utilizados nas urnas eletrônicas e nos computadores da Justiça Eleitoral para os processos de votação, apuração e totalização, poderão ter suas fases de especificação e de desenvolvimento acompanhadas por técnicos indicados pelos partidos políticos, pela Ordem dos Advogados do Brasil, pelo Ministério Público e por pessoas autorizadas em resolução específica ([Lei nº 9.504/1997, art. 66, § 1º](#)).

5 de abril – terça-feira (180 dias antes)

1. Último dia para o órgão de direção nacional do partido político publicar, no Diário Oficial da União, as normas para a escolha e substituição de candidatas e para a formação de coligações, na hipótese de omissão do estatuto ([Lei nº 9.504/1997, art. 7º, § 1º](#)).

2. Data a partir da qual, até a posse dos eleitos, é vedado aos agentes públicos fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição ([Lei nº 9.504/1997, art. 73, inciso VIII](#), e [Resolução nº 22.252/2006](#)).

MAIO DE 2016

4 de maio – quarta-feira (151 dias antes)

1. Último dia para o eleitor requerer inscrição eleitoral ou transferência de domicílio ([Lei nº 9.504/1997, art. 91, caput](#)).

2. Último dia para o eleitor que mudou de residência dentro do município pedir alteração no seu título eleitoral ([Lei nº 9.504/1997, art. 91, caput](#), e [Resolução nº 20.166/1998](#)).

3. Último dia para o eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida solicitar sua transferência para Seção Eleitoral Especial ([Lei nº 9.504/1997, art. 91, caput](#), e [Resolução nº 21.008/2002, art. 2º](#)).

20 de maio – sexta-feira

Último dia para os Tribunais Regionais Eleitorais oficiarem ao Tribunal Superior Eleitoral informando a relação dos municípios que terão eleições com identificação biométrica híbrida.

JUNHO DE 2016

5 de junho – domingo

Data a partir da qual a Justiça Eleitoral deve tornar disponível aos partidos políticos a relação de todos os devedores de multa eleitoral, a qual embasará a expedição das certidões de quitação eleitoral ([Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 9º](#)).

13 de junho – segunda-feira

Início do período para nomeação dos membros das Mesas Receptoras e pessoal de apoio logístico dos locais de votação para o primeiro e eventual segundo turnos de votação.

30 de junho – quinta-feira

Data a partir da qual é vedado às emissoras de rádio e de televisão transmitir programa apresentado ou comentado por pré-candidato, sob pena, no caso de sua escolha na convenção partidária, de imposição da multa prevista no § 2º do art. 45 da Lei nº 9.504/1997 e de cancelamento do registro da candidatura do beneficiário ([Lei nº 9.504/1997, art. 45, § 1º](#)).

JULHO DE 2016

1º de julho – sexta-feira

Data a partir da qual não será veiculada a propaganda partidária gratuita prevista na Lei nº 9.096/1995 nem será permitido nenhum tipo de propaganda política paga no rádio e na televisão ([Lei nº 9.504/1997, art. 36, § 2º](#)).

2 de julho – sábado (3 meses antes)

1. Data a partir da qual são vedadas aos agentes públicos as seguintes condutas ([Lei nº 9.504/1997, art. 73, incisos V e VI, alínea a](#)):

1 - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade



de pleno direito, ressalvados os casos de:

- nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;
- nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República;
- nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até 2 de julho de 2016;
- nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo;
- transferência ou remoção ex officio de militares, de policiais civis e de agentes penitenciários;

II - realizar transferência voluntária de recursos da União aos estados e municípios e dos estados aos municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou de serviço em andamento e com cronograma prefixado e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.

2. Data a partir da qual é vedado aos agentes públicos das esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa na eleição ([Lei nº 9.504/1997, art. 73, inciso VI, alíneas b e c, e § 3º](#)):

I - com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

II - fazer pronunciamento em cadeia de rádio e de televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.

3. Data a partir da qual é vedada, na realização de inaugurações, a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos ([Lei nº 9.504/1997, art. 75](#)).

4. Data a partir da qual é vedado a qualquer candidato comparecer a inaugurações de obras públicas ([Lei nº 9.504/1997, art. 77](#)).

5. Data a partir da qual órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta poderão, quando solicitados, em casos específicos e de forma motivada, pelos Tribunais Eleitorais, ceder funcionários à Justiça Eleitoral ([Lei nº 9.504/1997, art. 94-A, inciso II](#)).

4 de julho – segunda-feira (90 dias antes)

1. Último dia para os representantes dos partidos políticos, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público e demais pessoas autorizadas em resolução específica, interessados em assinar digitalmente os programas a serem utilizados nas eleições de 2016, entregarem à Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral programa próprio, para análise e posterior homologação.

2. Último dia para a Justiça Eleitoral realizar audiência com os interessados em firmar parceria para a divulgação dos resultados.

3. Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral apresentar em audiência pública o modelo de distribuição e os padrões tecnológicos e de segurança a serem adotados na oportunidade em que disponibilizar os dados oficiais que serão fornecidos às entidades interessadas na divulgação dos resultados.

3. Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral apresentar o modelo de distribuição e os padrões tecnológicos e de segurança a serem adotados na oportunidade em que disponibilizar os dados oficiais que serão fornecidos às entidades interessadas na divulgação dos resultados. ([Redação dada pela Resolução nº 23.454/2015](#))

4. Último dia para o eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida que tenha solicitado transferência para Seção Eleitoral Especial comunicar ao Juiz Eleitoral, por escrito, suas restrições e necessidades, a fim de que a Justiça Eleitoral, se possível, providencie meios e recursos destinados a facilitar-lhe o exercício do voto ([Resolução nº 21.008/2002, art. 3º](#)).

5 de julho – terça-feira

Data a partir da qual, observado o prazo de quinze dias que antecede a data definida pelo partido para a escolha dos candidatos, é permitido ao postulante à candidatura a cargo eletivo realizar propaganda intrapartidária com vistas à indicação de seu nome, vedado o uso de rádio, televisão e outdoor ([Lei nº 9.504/1997, art. 36, § 1º](#)).

16 de julho – sábado

Data a partir da qual, até 15 de agosto de 2016 e nos três dias que antecedem a eleição, o Tribunal Superior Eleitoral poderá divulgar comunicados, boletins e instruções ao eleitorado, em até dez minutos diários requisitados das emissoras de rádio e de televisão, contínuos ou não, que poderão ser somados e usados em dias espaçados, podendo ceder, a seu juízo, parte desse tempo para utilização por Tribunal Regional Eleitoral ([Lei nº 9.504/1997, art. 93](#)).

20 de julho – quarta-feira

1. Data a partir da qual é permitida a realização de convenções destinadas a deliberar sobre coligações e escolher candidatos a prefeito, a vice-prefeito e a vereador ([Lei nº 9.504/1997, art. 8º, caput](#)).

2. Data a partir da qual os feitos eleitorais terão prioridade para a participação do Ministério Público e dos juízes de todas as Justiças e instâncias, ressalvados os processos de habeas corpus e mandado de segurança ([Lei nº 9.504/1997, art. 94, caput](#)).

3. Data a partir da qual é assegurado o exercício do direito de resposta ao candidato, ao partido político ou à coligação atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social ([Lei nº 9.504/1997, art. 58, caput](#)).

4. Data a partir da qual, considerada a data efetiva da realização da respectiva convenção partidária, é permitida a formalização de contratos que gerem despesas e gastos com a instalação física e virtual de comitês de candidatos e de partidos políticos, desde que só haja o efetivo desembolso financeiro após a obtenção do número de registro de CNPJ do candidato e a abertura de conta bancária específica para a movimentação financeira de campanha e emissão de recibos eleitorais.

5. Último dia para a Justiça Eleitoral dar publicidade aos limites de gastos para cada cargo eletivo em disputa, conforme as regras definidas nos [arts. 5º e 6º da Lei nº 13.165/2015](#) ([Lei nº 13.165/2015, art. 8º](#)).

6. Data a partir da qual, observada a homologação da respectiva convenção partidária, até a diplomação e nos feitos decorrentes do processo eleitoral, não poderão servir como juízes nos Tribunais Eleitorais, ou como juiz eleitoral, o cônjuge ou o parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo registrado na circunscrição ([Código Eleitoral, art. 14, § 3º](#)).

7. Data a partir da qual não será permitida a realização de enquetes relacionadas ao processo eleitoral ([Lei nº 9.504/1997, art. 33, § 5º](#)).



22 de julho – sexta-feira

Último dia para a publicação, no órgão oficial do Estado, dos nomes das pessoas indicadas para compor as Juntas Eleitorais para o primeiro e eventual segundo turnos de votação ([Código Eleitoral, art. 36, § 2º](#)).

24 de julho – domingo (70 dias antes)

Último dia para que os títulos dos eleitores que requereram inscrição ou transferência estejam prontos para entrega ([Código Eleitoral, art. 114, caput](#)).

25 de julho – segunda-feira

1. Data a partir da qual, observado o prazo de três dias úteis contados do protocolo do pedido de registro de candidatura, a Justiça Eleitoral fornecerá o número de inscrição no CNPJ aos candidatos cujos registros tenham sido requeridos pelos partidos políticos ou coligações ([Lei nº 9.504/1997, art. 22-A, § 1º](#)).

2. Data a partir da qual os partidos políticos, as coligações e os candidatos, após a obtenção do número de registro de CNPJ do candidato e a abertura de conta bancária específica para movimentação financeira de campanha e emissão de recibos eleitorais, deverão enviar à Justiça Eleitoral, para fins de divulgação na Internet, os dados sobre recursos recebidos em dinheiro para financiamento de sua campanha eleitoral, observado o prazo de setenta e duas horas do recebimento desses recursos ([Lei nº 9.504/1997, art. 28, § 4º, inciso I](#)).

27 de julho – quarta-feira (67 dias antes)

Último dia para os partidos políticos impugnarem, em petição fundamentada, os nomes das pessoas indicadas para compor as Juntas Eleitorais, observado o prazo de três dias contados da publicação do edital ([Código Eleitoral, art. 36, § 2º](#)).

29 de julho – sexta-feira (65 dias antes)

Último dia para o Juiz Eleitoral anunciar a realização de audiência pública para a nomeação do presidente, primeiro e segundo mesários, secretários e suplentes que irão compor as Mesas Receptoras e prestar apoio logístico nos locais de votação ([Código Eleitoral, arts. 35, inciso XIV, e 120](#)).

30 de julho – sábado

Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral promover, em até cinco minutos diários, contínuos ou não, requisitados às emissoras de rádio e televisão, propaganda institucional destinada a incentivar a participação feminina na política, bem como a esclarecer os cidadãos sobre as regras e o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro ([Lei nº 9.504/1997, art. 93-A](#)).

AGOSTO DE 2016

3 de agosto – quarta-feira (60 dias antes)

1. Data a partir da qual é assegurada a prioridade postal aos partidos políticos para a remessa da propaganda de seus candidatos registrados ([Código Eleitoral, art. 239](#)).

2. Último dia para a publicação da designação da localização das Mesas Receptoras para o primeiro e eventual segundo turnos de votação ([Código Eleitoral, arts. 35, inciso XIII, e 135, caput](#)).

3. Último dia para a nomeação, em audiência pública anunciada com pelo menos cinco dias de antecedência, dos membros das Mesas Receptoras e pessoal de apoio logístico dos locais de votação para o primeiro e eventual segundo turnos de votação ([Código Eleitoral, art. 35, inciso XIV](#)).

4. Último dia para a publicação no jornal oficial, onde houver, e, não havendo, em cartório das nomeações feitas pelo Juízo Eleitoral, constando desta publicação os locais designados para o funcionamento das Mesas Receptoras, o respectivo endereço, assim como os nomes dos mesários que atuarão em cada seção instalada ([Código Eleitoral, arts. 120, § 3º, e 135, § 1º](#)).

5. Último dia para o Tribunal Regional Eleitoral nomear os membros das Juntas Eleitorais para o primeiro e eventual segundo turnos de votação, em edital publicado no Diário da Justiça Eletrônico ([Código Eleitoral, art. 36, § 1º](#)).

6. Último dia para as entidades interessadas em divulgar os resultados oficiais das eleições solicitarem cadastramento à Justiça Eleitoral.

7. Último dia para o eleitor que estiver fora do seu domicílio eleitoral requerer a segunda via do título eleitoral em qualquer cartório eleitoral, esclarecendo se vai recebê-la na sua zona eleitoral ou naquela em que a requereu ([Código Eleitoral, art. 53, § 4º](#)).

5 de agosto – sexta-feira

Último dia para a realização de convenções destinadas a deliberar sobre coligações e escolher candidatas a prefeito, a vice-prefeito e a vereador ([Lei nº 9.504/1997, art. 8º, caput](#)).

6 de agosto – sábado

Data a partir da qual é vedado às emissoras de rádio e de televisão, em programação normal e em noticiário ([Lei nº 9.504/1997, art. 45, incisos I, III a VI](#)):

I - transmitir, ainda que sob a forma de entrevista jornalística, imagens de realização de pesquisa ou de qualquer outro tipo de consulta popular de natureza eleitoral em que seja possível identificar o entrevistado ou em que haja manipulação de dados;

II - veicular propaganda política ou difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido, coligação, seus órgãos ou representantes;

III - dar tratamento privilegiado a candidato, partido ou coligação;

IV - veicular ou divulgar, mesmo que dissimuladamente, filmes, novelas, minisséries ou qualquer outro programa com alusão ou crítica a candidato ou partido político, exceto programas jornalísticos ou debates políticos;

V - divulgar nome de programa que se refira a candidato escolhido em convenção, ainda quando preexistente, inclusive se coincidente com o nome do candidato ou com a variação nominal por ele adotada. Sendo o nome do programa o mesmo que o do candidato, fica proibida a sua divulgação, sob pena de



cancelamento do respectivo registro.

8 de agosto – segunda-feira

1. Último dia para os partidos políticos reclamarem da nomeação dos membros das Mesas Receptoras e pessoal de apoio logístico dos locais de votação, observado o prazo de cinco dias contados da nomeação ([Lei nº 9.504/1997, art. 63, caput](#)).
2. Último dia para os membros das Mesas Receptoras e pessoal de apoio logístico dos locais de votação recusarem a nomeação, observado o prazo de cinco dias contados da nomeação ([Código Eleitoral, art. 120, § 4º](#)).
3. Último dia para os partidos políticos reclamarem da designação da localização das Mesas Receptoras para o primeiro e eventual segundo turnos de votação, observado o prazo de três dias contados da publicação ([Código Eleitoral, art. 135, § 7º](#)).

10 de agosto – quarta-feira

1. Último dia para o Juiz Eleitoral decidir sobre as reclamações relativas à composição das Mesas Receptoras de Votos e de Justificativas e dos eleitores nomeados para apoio logístico ([Lei nº 9.504/1997, art. 63, caput](#)).
2. Último dia para o Juiz Eleitoral decidir sobre as reclamações relativas às designações dos locais de votação ([Código Eleitoral, art. 135, § 7º](#)).

15 de agosto – segunda-feira (48 dias antes)

1. Último dia para os partidos políticos e as coligações apresentarem no Cartório Eleitoral competente, até as 19 horas, o requerimento de registro de candidatos a prefeito, a vice-prefeito e a vereador ([Lei nº 9.504/1997, art. 11, caput](#)).
2. Data a partir da qual permanecerão abertos aos sábados, domingos e feriados os cartórios eleitorais e as secretarias dos Tribunais Eleitorais ([Lei Complementar nº 64/1990, art. 16](#)).
3. Último dia para os Tribunais e Conselhos de Contas tornarem disponível à Justiça Eleitoral relação daqueles que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente, ressalvados os casos em que a questão estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, ou que haja sentença judicial favorável ao interessado ([Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 5º](#)).
4. Data a partir da qual, até a proclamação dos eleitos, as intimações das decisões serão publicadas em Cartório, certificando-se no edital e nos autos o horário, salvo nas representações a que se referem os arts. [23](#), [30-A](#), [41-A](#), [73](#), [74](#), [75](#) e [77](#) da Lei nº 9.504/1997, cujas decisões continuarão a ser publicadas no Diário da Justiça Eletrônico.
5. Data até a qual será considerada, para fins de divisão do tempo destinado à propaganda no rádio e na televisão por meio do horário eleitoral gratuito, a representatividade na Câmara dos Deputados resultante de eventuais novas totalizações do resultado das eleições de 2014.
6. Data a partir da qual o juiz eleitoral designado pelo respectivo Tribunal Regional Eleitoral convocará os partidos políticos e a representação das emissoras de televisão e de rádio para a elaboração de plano de mídia para uso da parcela do horário eleitoral gratuito a que tenham direito, garantida a todos a participação nos horários de maior e menor audiência ([Lei nº 9.504/1997, art. 52](#)).
7. Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral divulgar comunicados, boletins e instruções ao eleitorado, em até dez minutos diários requisitados das emissoras de rádio e de televisão, contínuos ou não, que poderão ser somados e usados em dias espaçados, podendo ceder, a seu juízo, parte desse tempo para utilização por Tribunal Regional Eleitoral ([Lei nº 9.504/1997, art. 93](#)).
8. Último dia para os partidos políticos recorrerem da decisão do Juiz Eleitoral sobre a nomeação dos membros das Mesas Receptoras e pessoal de apoio logístico, observado o prazo de três dias contados da publicação da decisão ([Lei nº 9.504/1997, art. 63, § 1º](#)).
9. Último dia para os partidos políticos recorrerem da decisão do Juiz Eleitoral sobre a designação dos locais de votação, observado o prazo de três dias contados da publicação da decisão ([Código Eleitoral, art. 135, § 8º](#)).
10. Último dia para os responsáveis por todas as repartições, órgãos e unidades do serviço público oficiarem ao Juízo Eleitoral, informando o número, a espécie e a lotação dos veículos e embarcações de que dispõem para o primeiro e eventual segundo turnos de votação ([Lei nº 6.091/1974, art. 3º](#)).

16 de agosto – terça-feira (47 dias antes)

1. Data a partir da qual será permitida a propaganda eleitoral ([Lei nº 9.504/1997, art. 36, caput](#)).
2. Data a partir da qual os candidatos, os partidos ou as coligações podem fazer funcionar, das 8 às 22 horas, alto-falantes ou amplificadores de som, nas suas sedes ou em veículos ([Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 3º](#)).
3. Data a partir da qual os candidatos, os partidos políticos e as coligações poderão realizar comícios e utilizar aparelhagem de sonorização fixa, das 8 às 24 horas, podendo o horário ser prorrogado por mais duas horas quando se tratar de comício de encerramento de campanha ([Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 4º](#)).
4. Data a partir da qual será permitida a propaganda eleitoral na Internet, vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda paga ([Lei nº 9.504/1997, arts. 57-A e 57-C, caput](#)).
5. Data a partir da qual, independentemente do critério de prioridade, os serviços telefônicos, oficiais ou concedidos, farão instalar, nas sedes dos diretórios devidamente registrados, telefones necessários, mediante requerimento do respectivo presidente e pagamento das taxas devidas ([Código Eleitoral, art. 256, § 1º](#)).
6. Data a partir da qual, até as 22 horas do dia 1º de outubro, poderá haver distribuição de material gráfico, caminhada, carreatas, passeatas ou carro de som que transite pela cidade divulgando jingles ou mensagens de candidatos, observados os limites e as vedações legais ([Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 9º](#)).

18 de agosto – quinta-feira (45 dias antes)

1. Último dia para a Justiça Eleitoral enviar à publicação lista/edital dos pedidos de registro de candidatos apresentados pelos partidos políticos ou coligações ([Código Eleitoral, art. 97](#)).
2. Data a partir da qual os nomes de todos aqueles que constem do edital/lista de registros de candidatura publicado deverão ser incluídos nas pesquisas realizadas com a apresentação da relação de candidatos ao entrevistado.
3. Último dia para os Tribunais Regionais Eleitorais decidirem sobre os recursos interpostos contra a nomeação dos membros das Mesas Receptoras e pessoal de apoio logístico dos locais de votação, observado o prazo de três dias da chegada do recurso no Tribunal ([Lei nº 9.504/1997, art. 63, § 1º](#)).
4. Último dia para os Tribunais Regionais Eleitorais decidirem sobre os recursos interpostos da designação dos locais de votação, observado o prazo de três dias da chegada do recurso no Tribunal ([Código Eleitoral, art. 135, § 8º](#)).



19 de agosto – sexta-feira

Último dia para os Juízes Eleitorais responsáveis pela propaganda eleitoral no município realizarem sorteio para a escolha da ordem de veiculação da propaganda de cada partido político ou coligação no primeiro dia do horário eleitoral gratuito ([Lei nº 9.504/1997, art. 50](#)).

20 de agosto – sábado

Último dia, observado o prazo de quarenta e oito horas contadas da publicação do edital de candidaturas requeridas, para os candidatos escolhidos em convenção solicitarem seus registros ao Juízo Eleitoral competente, até as 19 horas, caso os partidos políticos ou as coligações não os tenham requerido ([Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 4º](#)).

22 de agosto – segunda-feira

Último dia para a Justiça Eleitoral enviar à publicação lista/edital dos pedidos de registro individual de candidatos escolhidos em convenção cujos partidos políticos ou coligações não os tenham requerido, considerado o prazo de apresentação do pedido que esses candidatos deveriam observar ([Código Eleitoral, art. 97](#), e [Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 4º](#)).

23 de agosto – terça-feira (40 dias antes)

1. Último dia, observado o prazo de cinco dias contados da publicação do edital de candidaturas requeridas, para qualquer candidato, partido político, coligação ou o Ministério Público Eleitoral impugnar os pedidos de registro de candidatos apresentados pelos partidos políticos ou coligações ([Lei Complementar nº 64/1990, art. 3º](#)).

2. Último dia, observado o prazo de cinco dias contados da publicação do edital de candidaturas requeridas, para qualquer cidadão no gozo de seus direitos políticos dar ao Juízo Eleitoral notícia de inelegibilidade que recaia em candidato com pedido de registro apresentado pelo partido político ou coligação.

3. Último dia para os diretórios regionais dos partidos políticos indicarem integrantes da Comissão Especial de Transporte e Alimentação para o primeiro e eventual segundo turnos de votação ([Lei nº 6.091/1974, art. 15](#)).

24 de agosto – quarta-feira

1. Último dia, observado o prazo de quarenta e oito horas contadas da publicação do edital de candidaturas requeridas individualmente, para qualquer candidato, partido político, coligação ou o Ministério Público Eleitoral impugnar os pedidos de registro individual de candidatos cujos partidos políticos ou coligações não os tenham requerido ([Lei Complementar nº 64/1990, art. 3º](#)).

2. Último dia para qualquer cidadão no gozo de seus direitos políticos dar ao Juízo Eleitoral notícia de inelegibilidade que recaia em candidato que tenha formulado pedido de registro individual, na hipótese de o partido político ou coligação não o ter requerido.

26 de agosto – sexta-feira (37 dias antes)

Início do período da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão ([Lei nº 9.504/1997, art. 47, caput](#)).

31 de agosto – quarta-feira

Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral convocar os partidos políticos, as coligações, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Ministério Público e as pessoas autorizadas em resolução específica para a Cerimônia de Assinatura Digital e Lacração dos Sistemas a serem utilizados nas eleições de 2016.

SETEMBRO DE 2016

2 de setembro – sexta-feira (30 dias antes)

1. Último dia para os órgãos de direção dos partidos políticos preencherem as vagas remanescentes para as eleições proporcionais, observados os percentuais mínimo e máximo para candidaturas de cada sexo, no caso de as convenções para a escolha de candidatos não terem indicado o número máximo previsto no caput do art. 10 da Lei nº 9.504/1997 ([Lei nº 9.504/1997, art. 10, § 5º](#)).

2. Último dia para entrega dos títulos eleitorais resultantes dos pedidos de inscrição ou de transferência ([Código Eleitoral, art. 69, caput](#)).

3. Último dia para o Juízo Eleitoral comunicar ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral os nomes dos escrutinadores e dos componentes da Junta Eleitoral nomeados e publicar, mediante edital, a composição do órgão ([Código Eleitoral, art. 39](#)).

4. Último dia para a instalação da Comissão Especial de Transporte e Alimentação ([Lei nº 6.091/1974, art. 14](#)).

5. Último dia para a requisição de veículos e embarcações aos órgãos ou unidades do serviço público para o primeiro e eventual segundo turnos de votação ([Lei nº 6.091/1974, art. 3º, § 2º](#)).

6. Último dia para os Tribunais Regionais Eleitorais designarem, em sessão pública, a comissão de auditoria para verificação do funcionamento das urnas eletrônicas, por meio de votação paralela.

6. Último dia para os Tribunais Regionais Eleitorais designarem, em sessão pública, a comissão de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas por meio de votação paralela. ([Redação dada pela Resolução nº 23.454/2015](#))

5 de setembro – segunda-feira

1. Último dia para os partidos políticos oferecerem impugnação motivada aos nomes dos escrutinadores e aos componentes da Junta nomeados, observado o prazo de três dias contados da publicação do respectivo edital ([Código Eleitoral, art. 39](#)).

2. Último dia para os partidos políticos e coligações impugnarem a indicação de componente da comissão de auditoria para verificação do funcionamento das urnas eletrônicas, por meio de votação paralela, observado o prazo de três dias contados da nomeação.

2. Último dia para os partidos políticos, as coligações, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Ministério Público e as pessoas autorizadas em resolução



específica impugnarem a indicação de componente da comissão de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas por meio de votação paralela, observado o prazo de três dias contados da nomeação. ([Redação dada pela Resolução nº 23.454/2015](#))

9 de setembro – sexta-feira

Data a partir da qual os partidos políticos, as coligações e os candidatos deverão enviar à Justiça Eleitoral o relatório discriminado das transferências do Fundo Partidário, dos recursos em dinheiro e dos estimáveis em dinheiro que tenham recebido para financiamento da sua campanha eleitoral e dos gastos realizados, abrangendo o período do início da campanha até o dia 8 de setembro, para fins de cumprimento do disposto no [art. 28, § 4º, inciso II, da Lei nº 9.504/1997](#).

12 de setembro – segunda-feira (20 dias antes)

1. Data em que todos os pedidos de registro de candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador, inclusive os impugnados e os respectivos recursos, devem estar julgados pelas instâncias ordinárias, e publicadas as decisões a eles relativas ([Lei nº 9.504/1997, art. 16, § 1º](#)).

2. Último dia para os Tribunais Regionais Eleitorais tornarem disponíveis ao Tribunal Superior Eleitoral, para fins de centralização e divulgação de dados, a relação dos candidatos às eleições majoritárias e proporcionais, da qual constará, obrigatoriamente, a referência ao sexo e ao cargo a que concorrem ([Lei nº 9.504/1997, art. 16](#)).

3. Último dia para o pedido de registro de candidatura às eleições majoritárias e proporcionais na hipótese de substituição, observado o prazo de até dez dias contados do fato ou da decisão judicial que deu origem à substituição, exceto em caso de falecimento de candidato, quando a substituição poderá ser efetivada após esse prazo ([Lei nº 9.504/1997, art. 13, §§ 1º e 3º](#)).

4. Último dia para a instalação da comissão de auditoria para verificação do funcionamento das urnas eletrônicas, por meio de votação paralela.

5. Último dia para os Tribunais Regionais Eleitorais divulgarem, mediante edital, o local onde será realizada a auditoria para verificação do funcionamento das urnas eletrônicas, por meio da votação paralela.

4. Último dia para a instalação da comissão de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas por meio de votação paralela. ([Redação dada pela Resolução nº 23.454/2015](#))

5. Último dia para os Tribunais Regionais Eleitorais informarem, em edital e mediante divulgação nos respectivos sítios na Internet, o local onde será realizada a auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas por meio da votação paralela. ([Redação dada pela Resolução nº 23.454/2015](#))

6. Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral compilar, assinar digitalmente, gerar os resumos digitais (hash) e lacrar todos os programas-fonte, programas-executáveis, arquivos fixos, arquivos de assinatura digital e chaves públicas.

13 de setembro – terça-feira

Último dia para que os partidos políticos, as coligações e os candidatos enviem à Justiça Eleitoral o relatório discriminado das transferências do Fundo Partidário, dos recursos em dinheiro e dos estimáveis em dinheiro que tenham recebido para financiamento da sua campanha eleitoral e dos gastos realizados, abrangendo o período do início da campanha até o dia 8 de setembro, para fins de cumprimento do disposto no [art. 28, § 4º, inciso II, da Lei nº 9.504/1997](#).

14 de setembro – quarta-feira

Último dia para os partidos políticos ou as coligações comunicarem à Justiça Eleitoral as anulações de deliberações dos atos decorrentes de convenção partidária ([Lei nº 9.504/1997, art. 7º, §§ 2º e 3º](#)).

15 de setembro – quinta-feira

Data em que será divulgado, pela Internet, em sítio criado pela Justiça Eleitoral para esse fim, o relatório discriminado das transferências do Fundo Partidário, dos recursos em dinheiro e dos estimáveis em dinheiro que os partidos políticos, as coligações e os candidatos tenham recebido para financiamento da sua campanha eleitoral e dos gastos que realizaram, desde o início da campanha até o dia 8 de setembro ([Lei nº 9.504/1997, art. 28, § 4º, inciso II](#)).

17 de setembro – sábado (15 dias antes)

1. Data a partir da qual nenhum candidato poderá ser detido ou preso, salvo em flagrante delito ([Código Eleitoral, art. 236, § 1º](#)).

2. Último dia para a requisição de funcionários e instalações destinados aos serviços de transporte e alimentação de eleitores no primeiro e eventual segundo turnos de votação ([Lei nº 6.091/1974, art. 1º, § 2º](#)).

3. Data em que deverá ser divulgado o quadro geral de percursos e horários programados para o transporte de eleitores para o primeiro e eventual segundo turnos de votação ([Lei nº 6.091/1974, art. 4º](#)).

4. Último dia para os partidos políticos, as coligações, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Ministério Público e as pessoas autorizadas em resolução específica impugnarem os programas a serem utilizados nas eleições de 2016, por meio de petição fundamentada, observada a data de encerramento da Cerimônia de Assinatura Digital e Lacração dos Sistemas ([Lei nº 9.504/1997, art. 66, § 3º](#)).

20 de setembro – terça-feira

Último dia para reclamação contra o quadro geral de percursos e horários programados para o transporte de eleitores no primeiro e eventual segundo turnos de votação ([Lei nº 6.091/1974, art. 4º, § 2º](#)).

22 de setembro – quinta-feira (10 dias antes)

1. Último dia para o eleitor requerer a segunda via do título eleitoral dentro do seu domicílio eleitoral ([Código Eleitoral, art. 52](#)).

2. Último dia para o Juízo Eleitoral comunicar aos chefes das repartições públicas e aos proprietários, arrendatários ou administradores das propriedades particulares a resolução de que serão os respectivos edifícios, ou parte deles, utilizados para o funcionamento das Mesas Receptoras no primeiro e eventual segundo turnos de votação ([Código Eleitoral, art. 137](#)).

3. Data a partir da qual a Justiça Eleitoral informará o que é necessário para o eleitor votar, vedada a prestação de tal serviço por terceiros.



23 de setembro – sexta-feira

Último dia para o Juízo Eleitoral decidir as reclamações contra o quadro geral de percursos e horários para o transporte de eleitores, devendo, em seguida, divulgar, pelos meios disponíveis, o quadro definitivo ([Lei nº 6.091/1974, art. 4º, §§ 3º e 4º](#)).

27 de setembro – terça-feira (5 dias antes)

1. Data a partir da qual nenhum eleitor poderá ser preso ou detido, salvo em flagrante delito, ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou por desrespeito a salvo-conduto ([Código Eleitoral, art. 236, caput](#)).

2. Último dia para que os representantes dos partidos políticos e coligações, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público e as pessoas autorizadas em resolução específica formalizem pedido ao Juízo Eleitoral para a verificação das assinaturas digitais do Sistema de Transporte de Arquivos da Urna Eletrônica, do Subsistema de Instalação e Segurança e da Solução JE-Connect instalados nos equipamentos da Justiça Eleitoral.

3. Último dia para os Tribunais Regionais Eleitorais divulgarem na Internet os pontos de transmissão de dados que funcionarão em locais distintos do local de funcionamento da Junta Eleitoral.

29 de setembro – quinta-feira (3 dias antes)

1. Data a partir da qual o Juízo Eleitoral ou o presidente da Mesa Receptora poderá expedir salvo-conduto em favor de eleitor que sofrer violência moral ou física na sua liberdade de votar ([Código Eleitoral, art. 235, parágrafo único](#)).

2. Último dia para a divulgação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão ([Lei nº 9.504/1997, art. 47, caput](#)).

3. Último dia para propaganda política mediante reuniões públicas ou promoção de comícios e utilização de aparelhagem de sonorização fixa, entre as 8 e as 24 horas, com exceção do comício de encerramento da campanha, que poderá ser prorrogado por mais duas horas ([Código Eleitoral, art. 240, parágrafo único](#), e [Lei nº 9.504/1997, art. 39, §§ 4º e 5º, inciso I](#)).

4. Último dia para a realização de debate no rádio e na televisão, admitida a extensão do debate cuja transmissão se inicie nesta data e se estenda até as 7 horas do dia 30 de setembro de 2016.

5. Último dia para o Juízo Eleitoral remeter ao presidente da Mesa Receptora o material destinado à votação ([Código Eleitoral, art. 133](#)).

6. Último dia para os partidos políticos e coligações indicarem aos Juízos Eleitorais o nome das pessoas autorizadas a expedir as credenciais dos fiscais e dos delegados habilitados a fiscalizar os trabalhos de votação durante o primeiro turno das eleições ([Lei nº 9.504/1997, art. 65, § 3º](#)).

7. Data a partir da qual, até 1º de outubro, o Tribunal Superior Eleitoral poderá divulgar comunicados, boletins e instruções ao eleitorado, em até dez minutos diários requisitados das emissoras de rádio e de televisão, contínuos ou não, que poderão ser somados e usados em dias espaçados, podendo ceder, a seu juízo, parte desse tempo para utilização por Tribunal Regional Eleitoral ([Lei nº 9.504/1997, art. 93](#)).

30 de setembro – sexta-feira (2 dias antes)

1. Último dia para a divulgação paga, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral e a reprodução, na Internet, de jornal impresso com propaganda eleitoral ([Lei nº 9.504/1997, art. 43](#)).

2. Data em que o presidente da Mesa Receptora que não tiver recebido o material destinado à votação deverá diligenciar para recebê-lo ([Código Eleitoral, art. 133, § 2º](#)).

OUTUBRO DE 2016

1º de outubro – sábado (1 dia antes)

1. Último dia para a entrega da segunda via do título eleitoral ([Código Eleitoral, art. 69, parágrafo único](#)).

2. Último dia para a propaganda eleitoral mediante alto-falantes ou amplificadores de som, entre as 8 e as 22 horas ([Lei nº 9.504/1997, art. 39, §§ 3º e 5º, inciso I](#)).

3. Último dia, até as 22 horas, para a distribuição de material gráfico e a promoção de caminhada, carreatas, passeatas ou carro de som que transite pela cidade divulgando jingles ou mensagens de candidatos ([Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 9º](#)).

4. Data em que a Comissão de Votação Paralela deverá promover, entre as 9 e as 12 horas, em local e horário previamente divulgados, os sorteios das seções eleitorais onde ocorrerão os procedimentos de auditoria para verificação do funcionamento das urnas eletrônicas, por meio de votação paralela.

4. Data em que a Comissão de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas deverá promover, entre as 9 e as 12 horas, em local e horário previamente divulgados, os sorteios das seções eleitorais cujas urnas serão submetidas aos procedimentos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas por meio de votação paralela. ([Redação dada pela Resolução nº 23.454/2015](#))

5. Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral tornar disponível, na sua página da Internet, arquivo contendo as correspondências esperadas entre urna e seção.

6. Data em que, após as 12 horas, será realizada a oficialização do Sistema de Gerenciamento nas Zonas Eleitorais.

7. Data em que será realizada, no Tribunal Superior Eleitoral, a cerimônia de verificação dos Sistemas de Gerenciamento, de Transporte de Arquivos da Urna e Receptor de Arquivos.

7. Data em que será realizada, no Tribunal Superior Eleitoral, a cerimônia de verificação dos Sistemas de Gerenciamento, Preparação e Receptor de arquivos. ([Redação dada pela Resolução nº 23.454/2015](#))

8. Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral divulgar comunicados, boletins e instruções ao eleitorado, em até dez minutos diários requisitados das emissoras de rádio e de televisão, contínuos ou não, que poderão ser somados e usados em dias espaçados, podendo ceder, a seu juízo, parte desse tempo para utilização por Tribunal Regional Eleitoral ([Lei nº 9.504/1997, art. 93](#)).

2 de outubro – domingo

DIA DAS ELEIÇÕES

([Lei nº 9.504/1997, art. 1º, caput](#))



1. Data em que se realizará a votação do primeiro turno das eleições, observando-se, de acordo com o horário local:

Às 7 horas

Instalação da seção eleitoral ([Código Eleitoral, art. 142](#)).

Às 7h30

Constatado o não comparecimento do presidente da Mesa Receptora, assumirá a presidência o primeiro mesário e, na sua falta ou impedimento, o segundo mesário, um dos secretários ou o suplente, podendo o membro da Mesa Receptora que assumir a presidência nomear ad hoc, entre os eleitores presentes, os que forem necessários para completar a mesa ([Código Eleitoral, art. 123, §§ 2º e 3º](#)).

Às 8 horas

Início da votação ([Código Eleitoral, art. 144](#)).

A partir das 12 horas

Oficialização automática do Sistema de Transporte de Arquivos da Urna Eletrônica.

Até as 16 horas

Horário final para a atualização da tabela de correspondência, considerando o horário local de cada Unidade da Federação, na hipótese de ocorrer falha na urna que impeça a continuidade da votação eletrônica antes que o eleitor seguinte conclua seu voto e desde que esgotadas as possibilidades previstas em resolução específica.

Às 17 horas

Encerramento da votação ([Código Eleitoral, arts. 144 e 153](#)).

A partir das 17 horas

- Emissão dos boletins de urna e início da apuração e da totalização dos resultados.

- Realização da verificação da assinatura digital e dos resumos digitais (hash), se determinada pelo Juiz Eleitoral.

2. Data em que há possibilidade de funcionamento do comércio, desde que os estabelecimentos que funcionarem neste dia proporcionem efetivas condições para que seus funcionários possam exercer o direito/dever do voto ([Resolução nº 22.963/2008](#)).

3. Data em que é permitida a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato ([Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, caput](#)).

4. Data em que é vedada, até o término da votação, a aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, bem como bandeiras, broches, dísticos e adesivos que caracterizem manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos ([Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, § 1º](#)).

5. Data em que, no recinto das seções eleitorais e juntas apuradoras, é proibido aos servidores da Justiça Eleitoral, aos mesários e aos escrutinadores o uso de vestuário ou objeto que contenha qualquer propaganda de partido político, de coligação ou de candidato ([Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, § 2º](#)).

6. Data em que, no recinto da cabina de votação, é vedado ao eleitor portar aparelho de telefonia celular, máquinas fotográficas, filmadoras, equipamento de radiocomunicação ou qualquer instrumento que possa comprometer o sigilo do voto, devendo a Mesa Receptora, em caso de porte, reter esses objetos enquanto o eleitor estiver votando ([Lei nº 9.504/1997, art. 91-A, parágrafo único](#)).

7. Data em que é vedado aos fiscais partidários, nos trabalhos de votação, o uso de vestuário padronizado, sendo-lhes permitido tão só o uso de crachás com o nome e a sigla do partido político ou coligação ([Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, § 3º](#)).

8. Data em que deverá ser afixada, nas partes interna e externa das seções eleitorais e em local visível, cópia do inteiro teor do disposto no art. 39-A da Lei nº 9.504/1997 ([Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, § 4º](#)).

9. Data em que constitui crime o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreatas, a arregimentação de eleitor ou a propaganda de boca de urna e a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos ([Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 5º, incisos I, II e III](#)).

10. Data em que serão realizados, das 8 às 17 horas, em cada Unidade da Federação, em um só local, designado pelo respectivo Tribunal Regional Eleitoral, os procedimentos, por amostragem, de votação paralela para fins de auditoria do funcionamento das urnas sob condições normais de uso.

10. Data em que serão realizados, das 8 às 17 horas, em cada Unidade da Federação, em um só local, público e com expressiva circulação de pessoas, designado pelo respectivo Tribunal Regional Eleitoral, os procedimentos, por amostragem, de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas por meio de votação paralela sob condições normais de uso. ([Redação dada pela Resolução nº 23.454/2015](#))

11. Data em que é permitida a divulgação, a qualquer momento, de pesquisas realizadas em data anterior à realização das eleições e, a partir das 17 horas do horário local, a divulgação de pesquisas feitas no dia da eleição.

12. Data em que, havendo necessidade e se não tiver sido iniciado o processo de votação, será permitida a carga em urna, desde que convocados os representantes dos partidos políticos e coligações, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil para, querendo, participarem do ato.

13. Último dia para o partido político requerer o cancelamento do registro do candidato que dele for expulso, em processo no qual seja assegurada a ampla defesa, com observância das normas estatutárias ([Lei nº 9.504/1997, art. 14](#)).

14. Último dia para candidatos arrecadarem recursos e contraírem obrigações, ressalvada a hipótese de arrecadação com o fim exclusivo de quitação de despesas já contraídas e não pagas até esta data ([Lei nº 9.504/1997, art. 29, § 3º](#)).

15. Data a partir da qual, até 14 de outubro, os dados dos resultados relativos ao primeiro turno estarão disponíveis em Centro de Dados provido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

**3 de outubro – segunda-feira
(dia seguinte ao primeiro turno)**



1. Data em que o Juízo Eleitoral é obrigado, até as 12 horas, sob pena de responsabilidade e multa, a transmitir ao Tribunal Regional Eleitoral e comunicar aos representantes dos partidos políticos e das coligações o número de eleitores que votaram em cada uma das seções sob sua jurisdição, bem como o total de votantes da Zona Eleitoral ([Código Eleitoral, art. 156](#)).

2. Data em que qualquer candidato, delegado ou fiscal de partido político e de coligação poderá obter cópia do relatório emitido pelo sistema informatizado do qual constem as informações sobre o número de eleitores que votaram em cada uma das seções e o total de votantes da Zona Eleitoral, sendo defeso ao Juízo Eleitoral recusar ou procrastinar a sua entrega ao requerente ([Código Eleitoral, art. 156, § 3º](#)).

3. Data a partir da qual, decorrido o prazo de vinte e quatro horas do encerramento da votação (17 horas no horário local), será permitida a promoção de carreta e distribuição de material de propaganda política para o segundo turno, bem como a propaganda eleitoral mediante alto-falantes ou amplificadores de som, entre as 8 e as 22 horas, promoção de comício ou utilização de aparelhagem de sonorização fixa, entre as 8 e as 24 horas, podendo o horário ser prorrogado por mais duas horas quando se tratar de comício de encerramento de campanha ([Código Eleitoral, art. 240, parágrafo único, c.c. Lei nº 9.504/1997, art. 39, §§ 3º e 4º](#)).

4 de outubro – terça-feira (2 dias após o primeiro turno)

1. Término do prazo, às 17 horas, do período de validade de salvo-condutos expedidos por Juízo Eleitoral ou por presidente de mesa receptora ([Código Eleitoral, art. 235, parágrafo único](#)).

2. Término, após as 17 horas, do período em que nenhum eleitor poderá ser preso ou detido ([Código Eleitoral, art. 236, caput](#)).

5 de outubro – quarta-feira (3 dias após o primeiro turno)

Último dia para o mesário que abandonou os trabalhos durante a votação apresentar justificativa ao Juízo Eleitoral ([Código Eleitoral, art. 124, § 4º](#)).

6 de outubro – quinta-feira (4 dias após o primeiro turno)

1. Último dia para o Juízo Eleitoral divulgar o resultado provisório da eleição para prefeito e vice-prefeito, se obtida a maioria absoluta de votos, nos municípios com mais de 200 mil eleitores, ou os dois candidatos mais votados, sem prejuízo desta divulgação provisória ocorrer, nas referidas localidades, tão logo se verifique matematicamente a impossibilidade de qualquer candidato obter maioria absoluta de votos.

2. Último dia para a conclusão dos trabalhos de apuração pelas Juntas Eleitorais ([Código Eleitoral, art. 159, e Lei nº 6.996/1982, art. 14](#)).

3. Último dia para os Tribunais Regionais Eleitorais ou os Cartórios Eleitorais entregarem aos partidos políticos e às coligações, quando solicitados, os relatórios dos boletins de urna que estiverem pendentes, a sua motivação e a respectiva decisão, observado o horário de encerramento da totalização.

4. Último dia para a Justiça Eleitoral tornar disponível, em sua página na Internet, opção de visualização dos boletins de urna recebidos para a totalização, assim como as tabelas de correspondências efetivadas, observado o horário de encerramento da totalização em cada Unidade da Federação.

14 de outubro – sexta-feira

Data até a qual os dados de resultados relativos ao primeiro turno estarão disponíveis em Centro de Dados provido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

15 de outubro – sábado (15 dias antes do segundo turno)

1. Data a partir da qual nenhum candidato que participará do segundo turno de votação poderá ser detido ou preso, salvo no caso de flagrante delito ([Código Eleitoral, art. 236, § 1º](#)).

2. Data limite para o início do período de propaganda eleitoral gratuita, no rádio e na televisão, relativa ao segundo turno, observado o prazo final para a divulgação do resultado das eleições ([Lei nº 9.504/1997, art. 49, caput](#)).

25 de outubro – terça-feira (5 dias antes do segundo turno)

1. Data a partir da qual nenhum eleitor poderá ser preso ou detido, salvo em flagrante delito, ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou por desrespeito a salvo-conduto ([Código Eleitoral, art. 236, caput](#)).

2. Último dia para que os representantes dos partidos políticos e coligações, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público e as pessoas autorizadas em resolução específica formalizem pedido ao Juízo Eleitoral para a verificação das assinaturas digitais do Sistema de Transporte de Arquivos da Urna Eletrônica, do Sistema de Instalação e Segurança e da Solução JE-Connect instalados nos equipamentos da Justiça Eleitoral.

3. Último dia para os Tribunais Regionais Eleitorais divulgarem na Internet os pontos de transmissão de dados que funcionarão em locais distintos do local de funcionamento da Junta Eleitoral.

27 de outubro – quinta-feira (3 dias antes do segundo turno)

1. Início do prazo de validade do salvo-conduto expedido pelo Juízo Eleitoral ou pelo presidente da mesa receptora ([Código Eleitoral, art. 235, parágrafo único](#)).

2. Último dia para propaganda política mediante reuniões públicas ou promoção de comícios e utilização de aparelhagem de sonorização fixa, entre as 8 e as 24 horas, com exceção do comício de encerramento da campanha, que poderá ser prorrogado por mais duas horas ([Código Eleitoral, art. 240, parágrafo único, e Lei nº 9.504/1997, art. 39, §§ 4º e 5º, inciso I](#)).

3. Último dia para o Juízo Eleitoral remeter ao presidente da mesa receptora o material destinado à votação ([Código Eleitoral, art. 133](#)).

4. Último dia para os partidos políticos e coligações indicarem aos Juízos Eleitorais o nome das pessoas autorizadas a expedir as credenciais dos fiscais e dos delegados habilitados a fiscalizar os trabalhos de votação durante o segundo turno das eleições ([Lei nº 9.504/1997, art. 65, § 3º](#)).

5. Data a partir da qual, até 29 de outubro, o Tribunal Superior Eleitoral poderá divulgar comunicados, boletins e instruções ao eleitorado, em até dez minutos diários requisitados das emissoras de rádio e de televisão, contínuos ou não, que poderão ser somados e usados em dias espaçados, podendo ceder, a seu juízo, parte desse tempo para utilização por Tribunal Regional Eleitoral ([Lei nº 9.504/1997, art. 93](#)).



28 de outubro – sexta-feira
(2 dias antes do segundo turno)

1. Último dia para a divulgação da propaganda eleitoral gratuita do segundo turno no rádio e na televisão ([Lei nº 9.504/1997, art. 49, caput](#)).
2. Último dia para a divulgação paga, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral do segundo turno ([Lei nº 9.504/1997, art. 43, caput](#)).
3. Último dia para a realização de debate, não podendo estender-se além da meia-noite ([Resolução nº 22.452/2006](#)).

4. Data em que o presidente da mesa receptora que não tiver recebido o material destinado à votação deverá diligenciar para recebê-lo ([Código Eleitoral, art. 133, § 2º](#)).

29 de outubro – sábado
(1 dia antes do segundo turno)

1. Último dia para a propaganda eleitoral mediante alto-falantes ou amplificadores de som, entre as 8 e as 22 horas ([Lei nº 9.504/1997, art. 39, §§ 3º e 5º, inciso I](#)).

2. Último dia, até as 22 horas, para a distribuição de material gráfico e a promoção de caminhada, carreatas, passeatas ou carro de som que transite pela cidade divulgando jingles ou mensagens de candidatos ([Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 9º](#)).

3. Data em que a Comissão de Votação Paralela deverá promover, entre as 9 e as 12 horas, em local e horário previamente divulgados, os sorteios das seções eleitorais onde ocorrerão os procedimentos de auditoria para verificação do funcionamento das urnas eletrônicas, por meio de votação paralela.

3. Data em que a Comissão de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas deverá promover, entre as 9 e as 12 horas, em local e horário previamente divulgados, os sorteios das seções eleitorais cujas urnas serão submetidas aos procedimentos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas por meio de votação paralela ([Redação dada pela Resolução nº 23.454/2015](#)).

4. Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral tornar disponível, na sua página da Internet, arquivo contendo as correspondências esperadas entre urna e seção.

5. Data em que será realizada, no Tribunal Superior Eleitoral, a cerimônia de verificação dos Sistemas de Gerenciamento, de Transporte de Arquivos da Urna e Receptor de Arquivos.

5. Data em que será realizada, no Tribunal Superior Eleitoral, a cerimônia de verificação dos Sistemas de Gerenciamento, Preparação e Receptor de arquivos. ([Redação dada pela Resolução nº 23.454/2015](#))

6. Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral divulgar comunicados, boletins e instruções ao eleitorado, em até dez minutos diários requisitados das emissoras de rádio e de televisão, contínuos ou não, que poderão ser somados e usados em dias espaçados, podendo ceder, a seu juízo, parte desse tempo para utilização por Tribunal Regional Eleitoral ([Lei nº 9.504/1997, art. 93](#)).

7. Data em que, após as 12 horas, será realizada a oficialização do Sistema de Gerenciamento nas Zonas Eleitorais.

30 de outubro – domingo

DIA DA ELEIÇÃO
([Lei nº 9.504/1997, art. 2º, § 1º](#))

1. Data em que se realizará a votação do segundo turno das eleições, observando-se, de acordo com o horário local:

Às 7 horas

Instalação da seção eleitoral ([Código Eleitoral, art. 142](#)).

Às 7h30

Constatado o não comparecimento do presidente da mesa receptora, assumirá a presidência o primeiro mesário e, na sua falta ou impedimento, o segundo mesário, um dos secretários ou o suplente, podendo o membro da mesa receptora que assumir a presidência nomear ad hoc, entre os eleitores presentes, os que forem necessários para completar a mesa ([Código Eleitoral, art. 123, §§ 2º e 3º](#)).

Às 8 horas

Início da votação ([Código Eleitoral, art. 144](#)).

A partir das 12 horas

Oficialização automática do Sistema de Transporte de Arquivos da Urna Eletrônica.

Até as 16 horas

Horário final para a atualização da tabela de correspondência, considerando o horário local de cada Unidade da Federação, na hipótese de ocorrer falha na urna que impeça a continuidade da votação eletrônica antes que o eleitor seguinte conclua seu voto e desde que esgotadas as possibilidades previstas em resolução específica.

Às 17 horas

Encerramento da votação ([Código Eleitoral, arts. 144 e 153](#)).

A partir das 17 horas

- Emissão dos boletins de urna e início da apuração e da totalização dos resultados.

- Realização da verificação da assinatura digital e dos resumos digitais (hash), se determinada pelo Juiz Eleitoral.



2. Data em que há possibilidade de funcionamento do comércio, desde que os estabelecimentos que funcionarem neste dia proporcionem efetivas condições para que seus funcionários possam exercer o direito/dever do voto ([Resolução nº 22.963/2008](#)).
3. Data em que é permitida a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato ([Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, caput](#)).
4. Data em que é vedada, até o término da votação, a aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, bem como bandeiras, broches, dísticos e adesivos que caracterizem manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos ([Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, § 1º](#)).
5. Data em que, no recinto das seções eleitorais e juntas apuradoras, é proibido aos servidores da Justiça Eleitoral, aos mesários e aos escrutinadores o uso de vestuário ou objeto que contenha qualquer propaganda de partido político, de coligação ou de candidato ([Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, § 2º](#)).
6. Data em que, no recinto da cabina de votação, é vedado ao eleitor portar aparelho de telefonia celular, máquinas fotográficas, filmadoras, equipamento de radiocomunicação ou qualquer instrumento que possa comprometer o sigilo do voto, devendo a mesa receptora, em caso de porte, reter esses objetos enquanto o eleitor estiver votando ([Lei nº 9.504/1997, art. 91-A, parágrafo único](#)).
7. Data em que é vedado aos fiscais partidários, nos trabalhos de votação, o uso de vestuário padronizado, sendo-lhes permitido tão só o uso de crachás com o nome e a sigla do partido político ou coligação ([Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, § 3º](#)).
8. Data em que deverá ser afixada, nas partes interna e externa das seções eleitorais e em local visível, cópia do inteiro teor do disposto no art. 39-A da Lei nº 9.504/1997 ([Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, § 4º](#)).
9. Data em que constitui crime o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreatas, a arregimentação de eleitor ou a propaganda de boca de urna e a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos ([Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 5º, incisos I, II e III](#)).
10. Data em que serão realizados, das 8 às 17 horas, em cada Unidade da Federação, em um só local, designado pelo respectivo Tribunal Regional Eleitoral, os procedimentos, por amostragem, de votação paralela para fins de auditoria do funcionamento das urnas sob condições normais de uso.
10. Data em que serão realizados, das 8 às 17 horas, em cada Unidade da Federação, em um só local, público e com expressiva circulação de pessoas, designado pelo respectivo Tribunal Regional Eleitoral, os procedimentos, por amostragem, de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas por meio de votação paralela sob condições normais de uso. ([Redação dada pela Resolução nº 23.454/2015](#))
11. Data em que é permitida a divulgação, a qualquer momento, de pesquisas realizadas em data anterior à realização das eleições e, a partir das 17 horas do horário local, a divulgação de pesquisas feitas no dia da eleição.
12. Data em que, havendo necessidade e se não tiver sido iniciado o processo de votação, será permitida a carga em urna, desde que convocados os representantes dos partidos políticos ou coligações, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil para, querendo, participarem do ato.
13. Último dia para os candidatos que disputarem o segundo turno arrecadarem recursos e contraírem obrigações, ressalvada a hipótese de arrecadação com o fim exclusivo de quitação de despesas já contraídas e não pagas até esta data ([Lei nº 9.504/1997, art. 29, § 3º](#)).
14. Data a partir da qual, até 11 de novembro, os dados dos resultados relativos ao segundo turno estarão disponíveis em Centro de Dados provido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

31 de outubro – segunda-feira (dia seguinte ao segundo turno)

1. Data em que o Juízo Eleitoral é obrigado, até as 12 horas, sob pena de responsabilidade e multa, a transmitir ao Tribunal Regional Eleitoral e comunicar aos representantes dos partidos políticos e das coligações o número de eleitores que votaram em cada uma das seções sob sua jurisdição, bem como o total de votantes da Zona Eleitoral ([Código Eleitoral, art. 156](#)).
2. Data em que qualquer candidato, delegado ou fiscal de partido político e de coligação poderá obter cópia do relatório emitido pelo sistema informatizado do qual constem as informações sobre o número de eleitores que votaram em cada uma das seções e o total de votantes da Zona Eleitoral, sendo defeso ao Juízo Eleitoral recusar ou procrastinar a sua entrega ao requerente ([Código Eleitoral, art. 156, § 3º](#)).

NOVEMBRO DE 2016

1º de novembro – terça-feira (2 dias após o segundo turno e 30 dias após o primeiro turno)

1. Término do prazo, às 17 horas, do período de validade de salvo-condutos expedidos por Juízo Eleitoral ou por presidente de Mesa Receptora ([Código Eleitoral, art. 235, parágrafo único](#)).
2. Término, após as 17 horas, do período em que nenhum eleitor poderá ser preso ou detido ([Código Eleitoral, art. 236, caput](#)).
3. Último dia para o mesário que faltou à votação de 2 de outubro apresentar justificativa ao Juízo Eleitoral ([Código Eleitoral, art. 124](#)).
4. Último dia para os candidatos, inclusive os vice-prefeito, e os partidos políticos encaminharem à Justiça Eleitoral as prestações de contas referentes ao primeiro turno ([Lei nº 9.504/1997, art. 29](#)).
5. Último dia para os candidatos, os partidos políticos e as coligações, nos municípios onde não houve segundo turno, removerem as propagandas relativas às eleições e promoverem a restauração do bem, se for o caso.
6. Último dia para o pagamento de aluguel de veículos e embarcações referente à votação de 2 de outubro, caso não tenha havido votação em segundo turno ([Lei nº 6.091/1974, art. 2º, parágrafo único](#)).
7. Último dia para a proclamação dos candidatos eleitos em primeiro turno ([Código Eleitoral, art. 198, caput](#)).

2 de novembro – quarta-feira (3 dias após o segundo turno)

Último dia para o mesário que abandonou os trabalhos durante a votação de 30 de outubro apresentar justificativa ao Juízo Eleitoral ([Código Eleitoral, art. 124, § 4º](#)).

4 de novembro – sexta-feira (5 dias após o segundo turno)

1. Último dia em que os feitos eleitorais terão prioridade para a participação do Ministério Público e dos Juízes de todas as Justiças e instâncias, ressalvados os processos de habeas corpus e mandado de segurança ([Lei nº 9.504/1997, art. 94, caput](#)).
2. Último dia para o Juízo Eleitoral divulgar o resultado provisório da eleição para prefeito e vice-prefeito em segundo turno.
3. Último dia para o encerramento dos trabalhos de apuração do segundo turno pelas Juntas Eleitorais ([Código Eleitoral, art. 159](#), e [Lei nº 6.996/1982, art. 14](#)).



4. Último dia para qualquer interessado, observado o prazo de três dias contados da publicação do respectivo edital, impugnar as prestações de contas de campanha relativas ao primeiro turno das eleições.

11 de novembro – sexta-feira

Data até a qual os dados de resultados relativos ao segundo turno estarão disponíveis em Centro de Dados provido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

19 de novembro – sábado (20 dias após o segundo turno)

Último dia para os candidatos que concorreram no segundo turno das eleições, inclusive os a vice-prefeito, e os partidos políticos encaminharem à Justiça Eleitoral as prestações de contas referentes aos dois turnos ([Lei nº 9.504/1997, art. 29, inciso IV](#)).

22 de novembro – terça-feira

Último dia para qualquer interessado, observado o prazo de três dias contados da publicação do respectivo edital, impugnar as prestações de contas de campanha referentes aos dois turnos dos candidatos que concorreram no segundo turno das eleições.

29 de novembro – terça-feira (30 dias após o segundo turno)

1. Último dia para os candidatos, os partidos políticos e as coligações, nos estados onde houve segundo turno, removerem as propagandas relativas às eleições e promoverem a restauração do bem, se for o caso.

2. Último dia para o pagamento do aluguel de veículos e embarcações referente às eleições de 2016, nos estados onde tenha havido votação em segundo turno ([Lei no 6.091/1974, art. 2º, parágrafo único](#)).

3. Último dia para o mesário que faltou à votação de 30 de outubro apresentar justificativa ao Juízo Eleitoral ([Código Eleitoral, art. 124](#)).

4. Último dia para a proclamação dos candidatos eleitos em segundo turno ([Código Eleitoral, art. 198, caput](#)).

DEZEMBRO DE 2016

1º de dezembro – quinta-feira (60 dias após o primeiro turno)

1. Último dia para o eleitor que deixou de votar nas eleições de 2 de outubro apresentar justificativa ao Juízo Eleitoral ([Lei nº 6.091/1974, art. 7º](#)).

lançamento dessas informações no cadastro de eleitores, determinando todas as providências relativas à conferência obrigatória e digitação dos dados, quando necessário.

16 de dezembro – sexta-feira

1. Último dia para a publicação da decisão do Juiz Eleitoral que julgar as contas dos candidatos eleitos ([Lei nº 9.504/1997, art. 30, § 1º](#)).

2. Último dia em que os cartórios eleitorais e as secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais permanecerão abertos de forma extraordinária, não mais funcionando aos sábados, domingos e feriados.

19 de dezembro – segunda-feira

1. Último dia para a diplomação dos eleitos.

2. Data a partir da qual o Tribunal Superior Eleitoral não mais permanecerá aberto aos sábados, domingos e feriados, e as decisões não mais serão publicadas em secretaria ou em sessão.

3. Último dia em que, nos feitos decorrentes do processo eleitoral, não poderão servir como juízes nos Tribunais Eleitorais, ou como juiz eleitoral, o cônjuge ou o parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo registrado na circunscrição ([Código Eleitoral, art. 14, § 3º](#)).

29 de dezembro – quinta-feira (60 dias após o segundo turno)

1. Último dia para o eleitor que deixou de votar no primeiro turno da eleição apresentar justificativa ao Juízo Eleitoral ([Lei nº 6.091/1974, art. 7º](#)).

lançamento dessas informações no cadastro de eleitores, determinando todas as providências relativas à conferência obrigatória e digitação dos dados, quando necessário.

31 de dezembro – sábado

1. Data em que todas as inscrições dos candidatos na Receita Federal serão, de ofício, canceladas ([Instrução Normativa Conjunta RFB/TSE nº 1.019/2010, art. 7º](#)).

2. Data em que os bancos serão obrigados a encerrar as contas bancárias abertas para a movimentação de recursos de campanha eleitoral, transferindo a totalidade do saldo existente para a conta bancária do órgão de direção indicado pelo partido, na forma do [art. 31 da Lei nº 9.504/1997](#), e informando o fato à Justiça Eleitoral ([Lei nº 9.504/1997, art. 22, § 1º, inciso III](#), incluído pela [Lei nº 13.165/2015](#)).

JANEIRO DE 2017

17 de janeiro – terça-feira

1. Último dia para os partidos políticos, as coligações, o ministério público e a Ordem dos Advogados do Brasil solicitarem os arquivos de log referentes ao Sistema Gerenciador de Dados, Aplicativos e Interface com a Urna Eletrônica.



2. Último dia para os partidos políticos e as coligações solicitarem cópia dos arquivos de log de operações do Sistema de Gerenciamento, imagem dos boletins de urna, log das urnas e registros digitais dos votos.

2. Último dia para os partidos políticos, as coligações, o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil solicitarem cópia dos arquivos de log de operações do Sistema de Gerenciamento, imagem dos boletins de urna, log das urnas e registros digitais dos votos. ([Redação dada pela Resolução nº 23.454/2015](#))

3. Último dia para os partidos políticos e as coligações solicitarem formalmente aos Tribunais Regionais Eleitorais as informações relativas às ocorrências de troca de urnas.

3. Último dia para os partidos políticos e as coligações, o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil solicitarem formalmente aos Tribunais Regionais Eleitorais as informações relativas às ocorrências de troca de urnas. ([Redação dada pela Resolução nº 23.454/2015](#))

4. Último dia para a realização da verificação da assinatura digital e dos resumos digitais (hash).

18 de janeiro – quarta-feira

1. Data a partir da qual poderão ser retirados das urnas os lacres e os cartões de memória de carga, desde que as informações neles contidas não estejam sendo objeto de discussão em processo judicial.

2. Data a partir da qual as cédulas e as urnas de lona, porventura utilizadas nas eleições de 2016, poderão ser respectivamente inutilizadas e deslacradas, desde que não haja pedido de recontagem de votos ou não estejam sendo objeto de discussão em processo judicial.

3. Data a partir da qual os sistemas utilizados nas eleições de 2016 poderão ser desinstalados, desde que os procedimentos a eles inerentes não estejam sendo objeto de discussão em processo judicial.

4. Data a partir da qual não há mais necessidade de preservação e guarda dos documentos e materiais produzidos nas eleições de 2016, dos meios de armazenamento de dados utilizados pelos sistemas eleitorais, bem como das cópias de segurança dos dados, desde que as informações neles contidas não estejam sendo objeto de discussão em processo judicial.

MAIO DE 2017

30 de maio – terça-feira

Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral enviar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a consolidação das informações sobre os valores doados e apurados até 31 de dezembro de 2016, tendo por base a prestação de contas anual dos partidos políticos e a dos candidatos à eleição ordinária ou suplementar realizada em 2016 ([Lei nº 9.504/1997, art. 24-C, §§ 1º e 2º](#), incluídos pela [Lei nº 13.165/2015](#)).

JUNHO DE 2017

17 de junho – sábado

(180 dias após o último dia para a diplomação em 2016)

Data até a qual os candidatos ou os partidos políticos deverão conservar a documentação concernente às suas contas, desde que não estejam pendentes de julgamento, hipótese na qual deverão conservá-la até a decisão final ([Lei nº 9.504/1997, art. 32, caput e parágrafo único](#)).

JULHO DE 2017

30 de julho – domingo

Último dia para a Secretaria da Receita Federal do Brasil comunicar ao Ministério Público Eleitoral os excessos quanto aos limites de doação à campanha eleitoral, após o cruzamento dos valores doados apurados em relação ao exercício de 2016 com os rendimentos da pessoa física do ano anterior ([Lei nº 9.504/1997, art. 24-C, § 3º](#), incluído pela [Lei nº 13.165/2015](#)).

NOVEMBRO DE 2017

29 de novembro – quarta-feira

Último dia para os Juízos Eleitorais concluírem os julgamentos das prestações de contas de campanha eleitoral dos candidatos não eleitos.

DEZEMBRO DE 2017

31 de dezembro – domingo

Último dia para o Ministério Público Eleitoral apresentar representação visando à aplicação da penalidade prevista no [art. 23 da Lei nº 9.504/1997](#) e de outras sanções cabíveis nos casos de doação acima do limite legal, quanto ao que foi apurado relativamente ao exercício de 2016 ([Lei nº 9.504/1997, art. 24-C, § 3º](#), incluído pela [Lei nº 13.165/2015](#)).

ESTADO DE MINAS GERAIS MUNICÍPIO DE CONGONHAS

PORTARIA Nº PMC/084, DE 23 DE FEVEREIRO 2016.

Concede autorização de afastamento à servidora para tratar de interesse particular.

O PREFEITO DE CONGONHAS, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 31, inciso II, letra “i”, da Lei Orgânica do Município, c/c o art. 100, da Lei n.º 3.428, de 1º de setembro de 2014; e

CONSIDERANDO o requerimento online ERO-4626-2016, da servidora Raquel Cristina Pinto de Souza, autorizado pela Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora efetiva estável Raquel Cristina Pinto de Souza, matrícula 59481, Laboratorista de Informática, autorização para afastamento, sem remuneração, para tratar de interesse particular pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 14 de março de 2016.



Diário Oficial Eletrônico

Congonhas - MG



Congonhas, 24 de Fevereiro de 2016 – Diário Oficial Eletrônico, criado pela Lei municipal Nº 2.900/2009 – ANO 6 | Nº 1439

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 23 de fevereiro de 2016.

JOSÉ DE FREITAS CORDEIRO
Prefeito de Congonhas

EXPEDIENTE

ÓRGÃO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

ÓRGÃO GESTOR:

Secretaria Municipal de Administração

ÓRGÃOS PUBLICADORES:

Secretaria Municipal de Administração

Secretaria Municipal de Finanças

Secretaria Municipal de Governo

Câmara Municipal de Congonhas

FUMCULT

PREVCON.
